

Michel Foucault, Discurso e Mídia

Rafael do Nascimento Grohmann¹

Resumo

A partir de uma exposição de elementos-chave da teoria foucaultiana, o artigo pretende discutir a importância do discurso em seus estudos e como este autor pode ser estudado no campo da comunicação.

Palavras-chave: *Foucault; discurso; mídia; jornalismo; poder.*

Introdução

Um autor com um estilo de escrita que poucos têm. Criador de uma densa e sólida teoria e dotado de uma incrível “inquietação crítica”, rejeitava o rótulo de estruturalista. Mas não há como resumir ou dizer em poucas palavras o que significa Michel Foucault. Este ensaio tem a pretensão de apresentar alguns aspectos da obra e pensar quais podem ser as contribuições do pensador francês para se pensar o jornalismo e sua relação com a sociedade, apontando algumas direções para pesquisas nesse sentido; mesmo sabendo que o autor não pretendeu analisar a mídia diretamente, tentaremos apresentar uma alternativa às teorias da comunicação a partir de um estudo que não se pretende simplificador ou reducionista da obra do filósofo francês, tentando encontrar o espaço da sociologia na comunicação e o da comunicação na sociologia, que parecem perdidos em suas respectivas áreas. Começaremos, então, com a visão epistemológica de Foucault, exposta em sua obra “As Palavras e as coisas” (1995).

Para Michel Foucault (1995: 386), “cada forma de positividade tem a ‘filosofia’ que convém”, e busca exemplos na Economia, de Ricardo, e na Biologia, de Cuvier, para explicar a especificidade das Ciências Humanas; com metáforas vindas de outras áreas, afirma que “quanto mais se quiser atingir grupos extensos, mais é preciso entranhar-se na

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista PIBIC/CNPq/UFJF, orientado pelo Prof. Paulo Roberto Figueira Leal, da Faculdade de Comunicação da UFJF.

obscuridade do organismo, em direção ao pouco visível, nessa dimensão que escapa ao percebido”. A noção de arqueologia do saber, portanto, torna-se inescapável em sua epistemologia; o saber deve ser escavado de suas profundezas, na “espessura de suas camadas arqueológicas”, para não ficar em um saber raso, e tentar localizar a formação da episteme; é o método próprio das discursividades locais.

Foucault considera que, por exemplo, no nível profundo do saber do Ocidente, o marxismo não obteve nenhum “corte real”, e seus debates podem apenas “agitar algumas ondas nas superfícies”; “o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água, o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”; estava ligado a uma disposição do saber naquele tempo. Quanto à linguagem, a posição que uma palavra ocupa em um discurso não está ligada à sua discursividade imediata, mas nas mudanças segundo a função gramatical que ocupa ou de acordo com o tempo, obedecendo a certo número de leis escritas. O autor dá vital importância à linguagem, tratando a filologia como a forma moderna de crítica; “nós somos, antes da mais íntima de nossas palavras, já dominados e perpassados pela linguagem”.

É preciso, portanto, fixar o lugar das Ciências Humanas nas fronteiras e por todas as ciências que tratam da linguagem, da vida e do trabalho, e nenhum dos conceitos analisados por estas ciências deve ficar estável; o campo epistemológico das ciências humanas não foi prescrito de antemão; a dificuldade destas ciências está ligada à complexidade de sua configuração epistemológica, que é coberta por três regiões, definidas pela relação das ciências humanas com a biologia, a economia e a filologia, ligando-se, respectivamente, à região psicológica, à região sociológica e ao reino das leis e da linguagem. As ciências humanas, portanto, não são uma análise do que o homem é por natureza, mas uma análise sobre o homem com a sua positividade e o que permite a este ser relacionar a vida, o trabalho e a linguagem. É preciso também atentar ao movimento da História, que tem uma relação especial com as Ciências Humanas. “Todo conhecimento se enraíza numa sociedade, numa linguagem que têm uma história, e, nesta história mesma, ele encontra o elemento que lhe permite comunicar-se com outras formas de vida, outros tipos de sociedade.” (idem: 516). Entretanto, o homem não é, ele próprio, ser histórico.

Na obra “Em defesa da sociedade”, Foucault (2000) descreve o seu método de “genealogia do poder”, como um acoplamento de acontecimentos eruditos e das memórias locais, permitindo a constituição de um saber histórico de lutas e a relação deste saber nas táticas atuais; devem-se combater os efeitos de poder vinculados à instituição e ao

funcionamento de um discurso considerado científico; este método seria “uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico”; o autor está interessado em determinar quais são os diferentes dispositivos de poder que se exercem em vários setores da sociedade. Todo saber está, de alguma forma, ligado ao exercício de um poder; as formas do poder se exercer nos trazem um saber; o discurso de uma época não vem sozinho.

Em “A Ordem do Discurso”, Foucault (1996) mostra como a produção do discurso, em todas as sociedades, é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos que “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996: 9). Entretanto, o discurso não é apenas o que oculta ou manifesta o desejo, mas também o objeto deste desejo; não é somente a tradução de sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta.

Em nossa sociedade, há procedimentos de exclusão através do discurso. A palavra é o lugar onde se exerce a separação dos tipos sociais produzidos negativamente, como o louco, o criminoso e o perverso sexual. Alguns princípios de exclusão são: a palavra proibida (interdição), a segregação da loucura (separação) e a vontade de verdade. A palavra, ao louco, só era dada simbolicamente; trata-se de um tipo social sem voz na sociedade. Foucault quer dar voz a estes tipos sociais, pois eles representam algo maior na crise da sociedade, em seu entender.

No entanto, estes dispositivos acima se exercem de modo exterior; há procedimentos internos do controle do discurso, como o comentário. Há um desnivelamento entre os discursos: os corriqueiros e os discursos que são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer; o texto segundo e o texto primeiro. “O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”. (idem: 25). Tem-se uma repetição indefinida e disfarçada dos comentários.

Outro tipo de rarefação do discurso, para Foucault, está no autor, pois desde o século XVII esta função se enfraqueceu no discurso científico e se reforçou no discurso literário. “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (id: 29).

A disciplina também é um princípio do controle do discurso; ela se define por um conjunto de métodos e um domínio de objetos, com proposições consideradas verdadeiras; sempre está ligada a um horizonte teórico; “fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. (id.: 36). Obedecemos às regras de uma “polícia” discursiva, e devemos reativá-la em nossos discursos.

Há outro tipo de procedimentos para controle dos discursos, impondo certas regras aos indivíduos; “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (id.: 37); há um jogo ambíguo de segredo e divulgação. A comunicação e a troca atuam de forma positiva nos sistemas de exclusão, mas o ritual é a forma mais visível destes sistemas; ele é definido como a “qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso”. (ibid.: 39). A função primordial das sociedades de discurso é produzir ou conservar discursos para distribuí-los com regras estritas e em espaços fechados. Foucault considera a educação como um exemplo de apropriação social dos discursos, pois pode manter ou modificá-los, com seus saberes e poderes; trata-se de uma ritualização da palavra. Não é possível uma mediação universal; trata-se de omitir a realidade do discurso.

Para a análise do discurso, é fundamental reconhecer os discursos como práticas descontínuas, sem transformá-los em um jogo de significações prévias.

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade, não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhe são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação (id.: 56).

Trata-se de uma teoria das sistematicidades descontínuas; uma demonstração para aqueles que ainda acham Foucault um estruturalista. A análise do discurso “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”. (id.: 70).

Em “Vigiar e Punir”, como já afirmado, Michel Foucault (2007) expõe um dos tipos sociais produzidos negativamente: o criminoso. Os sistemas punitivos estão ligados a uma economia política do corpo, a uma docilização deste, por meio de dispositivos disciplinares. Há, nesta obra, um exemplo do poder rizomático, um poder que vai para as bordas, para as margens, conceito também abordado por Gilles Deleuze (1992), e que

também serve para pensar a mídia; no caso da obra de Foucault, passa-se de uma criminalidade de massas para uma criminalidade de bordas e margens.

Os castigos têm que se assemelhar mais a uma escola do que a uma festa. A disciplina é necessária para que haja obediência, nascendo um corpo obediente, dócil e útil. Este poder disciplinar atua discretamente, sempre alerta, apesar de ser indiscreto, no sentido de estar em todos os lugares; o poder que pune se esconde e age pelo efeito de uma visibilidade geral. A arte de punir está ligada a uma sanção normalizadora, um mecanismo de pena na disciplina; a disciplina é uma técnica que cria indivíduos “úteis”. O poder da norma obriga à homogeneidade, mas também individualiza, permitindo medir desvios; a disciplina tenta gerir as multiplicidades do homem. Assim, diz-se o que uma pessoa pode fazer ou não, como um poder pastoral, incutindo o sentimento de culpa. Há todo um esquema político-moral de isolamento individual e da hierarquia.

Brilhantemente, Foucault (2007) afirma: “somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem na arquibancada, nem no palco, mas na máquina panóptica” (Foucault, 2007: 179). Estamos em uma sociedade da vigilância, não do espetáculo. O autor recorre ao Panóptico, de Jeremy Bentham, para explicar como age o poder na sociedade: o “ver sem ser visto”, “o poder do olhar”, automatizando e desindividualizando o poder. Seu tema está ligado, ao mesmo tempo, à vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência. Seu efeito mais importante é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Tem-se, deste modo, “corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados e, eventualmente, punidos” (Foucault, 2000: 289)

Há, ainda, no caso da prisão, a “fabricação” da delinquência; o aparente fracasso da prisão é o seu sucesso; a manutenção da delinquência transforma do infrator ocasional em delinqüente e especifica esta delinquência. A prisão, portanto, em Foucault, não se destina a suprimir infrações, mas a distribuí-las, diferenciando as ilegalidades; é hipocrisia acreditar que a lei é feita para todos e em nome de todos, sendo, na verdade, feita por uns e aplicada a outros. A prisão “contribui para estabelecer uma ilegalidade visível, marcada, irreduzível a um certo nível e secretamente útil” (Foucault, 2007: 230). Ele ainda dá outros exemplos, como o do tráfico de armas, álcool (em países de lei seca) e drogas, que mostrariam também o funcionamento desta delinquência útil:

a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência (idem, p. 230).

Há uma naturalização da verdade: “deve-se dormir em casa”, “não coma carne vermelha”; deve-se ter uma profissão, uma identidade reconhecível, uma individualidade fixada, estar dentro de uma hierarquia. “O homem só existe fixado em relações de dominação” (idem: 242)

Mais tarde, em “Em defesa da sociedade” (2000), o autor afirma que soberania e disciplina são constitutivas dos mecanismos gerais de poder na sociedade; não há exercício do poder sem uma economia dos discursos que estão em funcionamento neste poder. Somos submetidos, e somente podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Neste livro, temos a noção de biopolítica, que possui mecanismos com funções diferentes dos mecanismos disciplinares; este conceito, caro ao último Foucault, vai abordar, principalmente, previsões e medições globais. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (idem: 292); trata-se de um corpo múltiplo, tecnologia mais centrada na vida do que no corpo. “A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”. Foucault analisa também o racismo, ligando-o ao funcionando de um Estado que é obrigado a utilizar conceitos de raça (“eliminação”, “purificação”) a fim de exercer seu poder soberano.

Em “Segurança, Território, População” (Foucault, 2008b), o pensador francês acrescenta o conceito de governamentalidade para entender o Estado e a População, retratando a polícia como governamentalidade direta do soberano como soberano: ela é uma condição de existência da urbanidade. As quatro palavras que definem a política são: comércio, cidade, regulamentação, disciplina; “querem fazer da cidade uma espécie de quase convento e do reino uma espécie de quase cidade” (idem: 459). Foucault comenta quatro teses de economistas, e sustenta que a razão econômica está dando um novo conteúdo à razão do Estado, com novas formas de racionalidade; ele deve assegurar a gestão da sociedade civil. Há grandes modificações na governamentalidade; existe uma naturalidade intrínseca à população; portanto, o Estado precisa assumir esta nova realidade, não mais em relação aos indivíduos a serem submetidos a uma regulamentação; “a população como coleção de súditos é substituída pela população como conjunto de

fenômenos naturais” (idem: 473) e a função do Estado passará a ser cuidar de áreas como medicina social e demografia, por exemplo. O respeito à liberdade é fundamental, pois só se pode governar bem se formas de liberdade forem respeitadas; para Foucault (2008a), o liberalismo, como economia política, então, pode ser entendido como uma crítica ao excesso de governamentalidade; ele se pergunta como a liberdade de mercado como liberdade de *laissez-faire* seria possível em um Estado de polícia; o Estado fica sob a vigilância do mercado, em vez deste ficar sob a vigilância do Estado. Há, agora, uma autolimitação da razão governamental. O que era objeto da polícia (instituição com um projeto unitário) se espalha por instituições ou em mecanismos diferentes. O antigo projeto de polícia se decompõe em quatro elementos: prática econômica, gestão da população, direito e respeito às liberdades, polícia, somado a um grande dispositivo diplomático-militar.

Para Gilles Deleuze (1992), contemporâneo de Foucault, nós passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do confinamento (principalmente no pós-guerra) e do controle, sendo que os meios de confinamento são variáveis independentes e os diferentes modos de controle são inseparáveis; nunca se termina nada nas sociedades de controle. A linguagem passa a se dar por cifras (senhas), e não como nas sociedades disciplinares, por palavras de ordem. As sociedades regidas pela disciplina têm dois pólos: massificante e individualizante ao mesmo tempo; os indivíduos se tornam divisíveis e massas, somente amostras, nas sociedades regidas pelo controle. O dinheiro é o que melhor exprime a distinção entre as duas sociedades, sendo a moeda cunhada ligada à disciplina e as trocas flutuantes, ao controle. Instituições como família, escola e exército tornam-se figuras cifradas, deixando de ser potências privadas. As conquistas de mercado não se fazem por formação de disciplinas, mas por tomada de controle. O homem passou de confinado para endividado, e o *marketing* se tornou uma forma de controle social.

Em Foucault, a mídia é um elemento importante nas características do biopoder: há o surgimento de mídias rizomáticas, atuando como um “poder pastoral” invisível, caracterizadas por micropoderes; este “poder pastoral” é individualizante (faz pelo bem geral, porém controla cada indivíduo). Apesar de Michel Foucault não se dedicar a analisar a mídia, há um comentário no livro “Microfísica do Poder” (2005), falando sobre o século XVIII, que diz que os reformadores desconheciam as condições reais de opinião e a mídia: “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de

imprensa, edição, depois de cinema e televisão.” (Foucault, 2005: 125). Eles desconheciam que era preciso “passar por esta mídia”,

E que estes *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar (idem: 125).

A televisão pode ser entendida como um exemplo de um panóptico inverso, pois as pessoas querem ver o que se passa dentro da telinha; como diz John Thompson (1998: 121), “o desenvolvimento da comunicação mediada forneceu os meios pelos quais muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos, e ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos”; assim, na mídia, os que exercem o poder são submetidos à visibilidade, sem limitações de interações face-a-face.

Sites de relacionamentos pessoais, como o *Orkut* e páginas para exibição de vídeos, como o *YouTube*, aparecem como novas formas de “aparecer para o mundo”. No entanto, eles estão ligados a um controle e a normas; é preciso respeitar as regras, os direitos autorais, ou seja, não são de todo libertários. Um dos critérios de busca no *YouTube* é o número de visitas, tentando tornar menos visível o que seria “ruim” de ser visto. Outro exemplo são as páginas colaborativas nos portais de internet e nos jornais *online*; não são todos que querem ser “repórteres por um dia” que realmente são; o discurso tem que estar de acordo com o que se espera dele; há uma administração de quem pode e de quem não pode ser visto. E o poder, como já afirmado, está nas bordas, como um rizoma; as novas tecnologias, através, principalmente, do celular, ganham espaço, por causa da mobilidade e do fácil transporte em relação a um “poder central”; há outras alternativas para o “Jornal Nacional” ou a “novela das oito”, por exemplo, mas sempre dentro deste “poder rizomático”.

As pessoas querem ser vistas; as inscrições para o programa *Big Brother* e o número de *releases* que chegam à imprensa por dia são exemplos disso. A política, cada vez mais, está inserida nos meios de comunicação, e é inconcebível entender a política atualmente sem a mídia; no entanto, como nos adverte Wilson Gomes (2004), é preciso tomar cuidado para não supervalorizar nem subestimar o papel na mídia nas suas interfaces com a política. Thompson (1998, 2002) aborda uma teoria do escândalo político, atentando principalmente para aqueles ligados a falhas de administração da visibilidade através da mídia; “escândalo é um risco profissional da política na era da visibilidade mediada”

(idem: 130). Considerando a afirmação de Foucault (2000) que a política é a continuação da guerra por outros meios, temos que tentar compreender a relação do jornalismo com estas duas guerras. Como se constrói o comentário nas análises políticas, considerando que, para Foucault, o comentário traz um viés de repetição? Percebe-se uma falta de pluralismo, sendo o mais visível a falta do pluralismo externo, na imprensa brasileira; parece que os comentários de analistas são, em sua maioria, parecidos uns com os outros, nos jornais brasileiros com maior visibilidade; esta percepção aumenta quando se fala em comentários esportivos.

Além disso, um programa foucaultiano para estudar a imprensa não deveria esquecer de averiguar como os tipos sociais produzidos negativamente podem contar com a legitimidade e o aval da mídia enquanto formação discursiva. A imprensa pode agir com uma “naturalização da verdade” e como parte de uma sociedade “normalizadora”. O discurso de programas televisivos policiais como “Cidade Alerta” é um exemplo disso: “ele é criminoso, e tem que ser morto”; “a polícia tem que matar”. Como se construiu, através da imprensa brasileira, ao longo dos anos, as imagens de tipos sociais como o criminoso, o mendigo e a prostituta? Será que há diferenças entre as construções discursivas de um criminoso *serial killer* ou um criminoso passional? Neste aspecto, a mídia pode se relacionar com outras características da teoria do biopoder, como a ambigüidade do cuidado – principalmente no que tange à sexualidade, à higiene e ao sanitarismo – a moral e o urbanismo.

Outra questão importante a ser pesquisada é a de que se existiriam diferenças entre as construções discursivas dentro de um jornal de grande circulação nacional (os chamados jornais hegemônicos, ou *quality papers*), e as construções em um jornal considerado popular, que geralmente enfatizam os *fait-divers* e os casos policiais. Quanto à construção discursiva na mídia, Deleuze e Guatarri (2000: 12) explicam que

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

É preciso não se esquecer da epistemologia foucaultiana para estudar a imprensa. Como se construiu um saber próprio da imprensa, ao longo dos anos, no Brasil? Não se trata somente saber a história da imprensa brasileira, mas das imbricações entre saber e

poder, a arqueologia do saber e a genealogia do poder no jornalismo do país. As relações entre imprensa e poder devem ser o cerne da pesquisa em jornalismo no Brasil, não devendo se esgotar, no entanto, no âmbito da política. Foucault dizia que poderia se considerar um weberiano pelo simples fato de ambos estudarem o poder. Max Weber (2006), em um pequeno artigo, propôs um projeto de pesquisa para uma sociologia da imprensa; ele se perguntava o que não se tornava público através da imprensa. Para Weber (2006: 36), “teremos que investigar, antes de mais nada, as relações de poder criadas pelo fato específico de que a imprensa transforme em público determinados temas e questões”. Em cada sessão do jornal, a relação de poder entre público e imprensa é diferente. “Teremos que estudar o estilo do jornal, quer dizer, os modos como os mesmos problemas são discutidos dentro e fora do jornal” (idem: 44). Portanto, a partir das idéias do pensador clássico alemão, podemos ter uma idéia de como a teoria foucaultiana pode nos ajudar a conceber uma sociologia crítica do jornalismo.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. “Pós Scriptum para uma sociedade de controle”. In: _____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol 2. São Paulo: Ed. 34, 2000

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

THOMPSON, John. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002

WEBER, Max. “Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa”. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). *A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2006.